

A TEORIZAÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE SOBRE ESCRITA: (D)O PONTO DE VISTA DA VIDA SOCIAL

THE THEORY OF EMILE BENVENISTE ON WRITING: (FROM) THE POINT OF VIEW OF SOCIAL LIFE

Eduardo Alves Rodrigues

Universidade Virtual do Estado de São Paulo, UNIVESP, São Paulo, SP, Brasil

Cármem Lúcia Hernandes Agustini

Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, MG, Brasil

Érica Daniela de Araújo

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG, Araxá, MG, Brasil

Resumo: Neste artigo, sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas estabelecida pela prática teórico-metodológica da Análise de Discurso, analisamos a teorização sobre escrita empreendida na linguística de Benveniste, que circula e ganha relevância no espaço das Ciências da Linguagem, a partir do ponto de vista da Semiologia. Assim, almejamos produzir um gesto de (re)leitura específico que restitui à sua teorização condições de compreensão da escrita como forma secundária de fala, ao assumir a língua como modelo de estrutura e de funcionamento. Empreendemos, dessa maneira, uma experimentação teórica sobre o Últimas aulas e sobre o enunciado “Não consigo respirar”, em circulação na sociedade.

Palavras-chave: Benveniste; escrita; Semiologia; Análise de Discurso; História das Ideias Linguísticas.

Abstract: In this article, from the perspective of the History of Linguistic Ideas established by the theoretical-methodological practice of Discourse Analysis, we analyze the theorization about writing undertaken in Benveniste's linguistics, which circulates and gains relevance in the space of Language Sciences, from the point of view of semiology. Thus, we aim to produce a specific gesture of (re)interpretation that restores to its theorization conditions for understanding writing as a secondary form of speech, by assuming language as a model of its structure and functioning. Thus, we undertook a theoretical experimentation on Benveniste's *Últimas Aulas* and on the statement “I can't breathe”, in circulation in society.

Keywords: Benveniste; writing; semiology; Discourse Analysis; History of Linguistic Ideas.

A escrita do ponto de vista da semiologia

Ao preconizar a Semiologia como ciência geral no conjunto dos fatos humanos, Saussure ([1916] 2006) coloca a Linguística como uma parte dessa ciência, atribuindo à Semiologia a tarefa de estudar a vida dos signos no seio da vida social. Afirma ele:

[...] pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; [...] chamá-la-emos de *Semiologia* [...]. Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará destarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 24, grifos do autor).

Nessa conjuntura, a Linguística assumiria, para Saussure, a perspectiva da Semiologia, decorrendo de tal posição a tomada da linguagem como fato humano, o que a afasta irrevogavelmente da perspectiva naturalista, haja vista não existir, segundo o teórico, ligação natural e direta entre signo, homem e realidade. Assim sendo, a linguagem não seria externa ao homem tampouco mero produto da natureza.

Saussure definiu a língua como objeto da Linguística e instituiu o signo como sua unidade, “entidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 80), fundando, assim, o que se passou a denominar Linguística moderna, e estabelecendo, conforme Benveniste ([1969] 2006, p. 66), “o fundamento da semiologia linguística”, uma vez que Saussure concebeu a língua como a parte sistematizável da linguagem. De nossa perspectiva, uma semiologia linguística estabelece para a língua uma territorialidade que é a própria linguagem, isto é, remete a língua ao seu horizonte próprio, a linguagem.

Essa (re)leitura do modo como a semiologia linguística se constituiu traz à tona a radicalidade da posição saussuriana ao definir a linguagem como fato humano e eleger o ponto de vista histórico como aquele que seria capaz de explicitar sua natureza, suas propriedades, sua estrutura e seu funcionamento. Decorre daí a compreensão de que uma posição semiológica é necessariamente uma perspectiva histórica. Isso permite afirmar e explicitar a relação indissociável entre a vida dos signos e a vida social dos sujeitos: o

que costura essa relação é o processo de significação, compreendido, com Benveniste, como uma relação entre sintagmatização e semantização da língua no e pelo homem.

Benveniste reconhece essa posição radical em Saussure e a partir dela empreende sua (re)leitura do projeto saussuriano, marcando com esse gesto sua filiação reivindicada a esse teórico (GUIMARÃES, 2018). Para ele, “a semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva, que em seus trabalhos mais precisos se modela sobre a linguística” (BENVENISTE, [1969] 2006, p. 50). Ao (re)ler Saussure, Benveniste assume essa radicalidade como base de sua Linguística geral e dá um passo adiante ao conceber que a linguagem define o homem.

Com Normand (2006), compreendemos esse gesto situando Benveniste como “o mais saussuriano dos linguistas, uma vez que permitiu resgatar a partir de Saussure uma linguística da significação” (NORMAND, 2006, p. 14). E significação, a partir de Benveniste, implica ter em vista sempre “a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura” (BENVENISTE, [1968a] 2006, p. 23), circunscrevendo o processo de assunção do homem como sujeito. Ainda considerando o autor, “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como ‘sujeito’” (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 286).

Portanto, pensar a significação com Benveniste implica pensar a constituição da subjetividade, especialmente, porque a significação seria produzida a partir de dois modos de funcionamento indissociáveis: o modo semiótico e o modo semântico. Pensar a significação dessa forma faz Benveniste desdobrar a perspectiva semiológica, porque a (re)inscreve em seu duplo funcionamento constitutivo: funciona na e pela língua, e funciona na e pela história. Dessa maneira, pensar assim a significação faz desdobrar da linguagem a língua, sem que esta prescindia de sua relação dominante com outros sistemas semiológicos.

Ao fundar sua Linguística sobre o processo de produção da significação, Benveniste procura descrever o funcionamento da linguagem, explorando a relação entre língua, homem e sociedade e os efeitos daí decorrentes. É dessa forma que compreendemos que, ao colocar no centro dos problemas da linguagem a significação, Benveniste sai, portanto, da visão prospectiva anunciada por Saussure e passa a teorizar a partir da perspectiva da Semiologia.

Com efeito, a posição semiológica de Benveniste, ao colocar-se a tarefa de compreender a vida dos signos no seio da vida social, estabelece, pela

perspectiva da história, condições inéditas de articulação do trinômio língua, homem e sociedade ao desenvolvimento de um estudo da significação que rompe com o paradigma temporal-cronológico. Nessa perspectiva histórica, compreender a significação implica compreender a construção semântica da realidade social, o que só é possível pela compreensão da realidade dos signos, na relação indissociável entre língua, cultura e personalidade (cf. BENVENISTE, [1954] 2005, p. 17).

Benveniste ([1954] 2005, p. 17) refere-se ao trinômio língua, cultura e personalidade como o termo de fundação de sua Linguística geral. Araújo (2019) mostra que esses conceitos são concebidos sobre a distinção entre dois níveis: o histórico e o fundamental. O conceito língua, no nível histórico, funciona como sinônimo de idioma, e, no nível fundamental, como sistema de formas significantes (língua-sistema) e atividade manifestada na instância de discurso (língua-discurso); o conceito cultura, no nível histórico, refere-se a culturas específicas, e, no nível fundamental, ao conjunto complexo de representações organizadas por/em um sistema de valores; o conceito personalidade, no nível histórico, corresponde ao locutor, e, no nível fundamental, à posição de sujeito assumida no discurso.

Assim, a Linguística geral de Benveniste, concebida nessa perspectiva, comporta não só o estudo do modo como os signos se estruturam e funcionam na sociedade, mas também o estudo da vida social dos sujeitos nos e pelos signos. Formulado de outro modo, pelo próprio teórico:

[...] nossa vida inteira está presa em redes de signos que nos condicionam a ponto de não se poder suprimir apenas um sem colocar em perigo o equilíbrio da sociedade e do indivíduo. [...] O caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS (BENVENISTE, [1969] 2006, p. 52).

A leitura de possíveis relações decorrentes do modo como os dizeres nessa formulação se reportam uns aos outros e a outras formulações benvenistianas permite depreender que a condição para que a significação aconteça é dada pelo fato de que sua base material é uma rede de signos, uma rede de sistemas em relação. Essa base material tem a língua como seu fundamento dominante, como seu sistema semiótico interpretante, aquele que sobredetermina, portanto, como a significação funciona produzindo seus objetos ao sobredeterminar os outros sistemas semiológicos.

Nessa perspectiva, Benveniste explicita porque a língua não pode ser

concebida como mera nomenclatura, uma vez que é na e pela língua que as unidades assumem relações. É por essa razão que, para esse teórico, “a língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade [...] é a língua que contém a sociedade” (BENVENISTE, [1969] 2006, p. 63), fazendo significar a relação indissociável que une o trinômio língua, cultura e personalidade.

Essa posição permite compreender que, se algo afeta essa rede de relações materiais estabelecida na e pela língua, coloca-se em perigo o equilíbrio da sociedade e do próprio indivíduo. Isto posto, Benveniste reconhece a língua como condição interpretante que funda o horizonte da significação, pois, para ele, a língua deve ser tomada “como fundamento de toda vida de relação” (BENVENISTE, [1968a] 2006, p. 26). Por isso, diz esse autor: “é a língua como sistema de expressão que é o interpretante de todas as instituições e de toda a cultura” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 117).

No horizonte da significação, Benveniste perscruta, discute e teoriza sobre a relação de interpretância possível entre língua e escrita, de modo a tornar visível como a escrita toma a língua como modelo (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 141), estruturando-se e funcionando ao modo da língua. Embora, em termos de significância, a língua sobredetermine a escrita, língua e escrita constituem sistemas semiológicos distintos e independentes, a ponto de termos refutada a interpretação de que a escrita seria tão-somente uma representação da fala. Daí Benveniste deslocar-se dessa interpretação e conceber a escrita como uma forma secundária da fala (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 177), ou seja, como outra forma de falar ao outro sem fazer uso da voz: trata-se, portanto, de outra forma de converter o discurso em forma linguística (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 152, anotação de aluno), de enunciar na e pela escrita. Benveniste lembra, a esse respeito, que a escrita é uma forma secundária da fala por ter sido inventada pelo homem, enquanto a fala constitui o homem.

A partir do exposto, é possível compreendermos, com Benveniste, que o ponto de vista semiológico sobre a relação entre língua e escrita impõe à escrita uma vocação social porque, ao produzir uma escrita, o sujeito intenta, na e pela significância, influenciar de alguma forma o outro. Noutras palavras, a concretude material da escrita, o grafema, permite a ela funcionar como instrumento social de relação, produzindo, por meio de um sistema concorrente com a língua, possíveis relações para a vida dos signos no seio da vida social, isto é, modos específicos de significar.

É nessa medida que a escrita assume um funcionamento semiológico, não estando, com efeito, “subordinada” à língua, tal qual propôs Saussure (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 132). De nossa perspectiva, não é, portanto, gratuito Benveniste derivar a escrita da relação com a língua, já que esse outro modo de significar a partir da escrita corresponde a uma prospecção relativa à rede de relações entre signos que funciona articuladamente no trinômio língua, cultura e personalidade.

A escrita como instrumento (de relação) social ou... não há escrita zero

A escrita, concebida como outro modo de exercício da necessidade histórica da significação para o homem, instrumentaliza para ele possíveis relações sociais, fornecendo condições específicas e inéditas de enunciação. Inéditas porque há um trabalho necessário, devido às abstrações de alto grau que o afastam da relação automatizada com a fala, e que é (im)posto ao sujeito no e pelo processo de escrita. Assim, a escrita (com)porta uma experimentação inédita e contínua com a língua.

A escrita instrumentaliza relações sociais quando, por exemplo, suporta a invenção de produções escritas, as mais diversas, destinadas à leitura do outro. Podemos pensar aí desde a escrita de um bilhete até os textos literários e, mais recentemente, as diferentes formas de escrita possíveis de serem realizadas no e pelo funcionamento das mídias digitais e das redes sociais. A escrita permite, assim, pela leitura, projetar um sujeito-autor e um sujeito-leitor. Trata-se, pois, de um dispositivo por meio do qual o sujeito, retomando e retransmitindo o conjunto de signos recebidos, diz de si e da sua relação com o outro, com o mundo e com a linguagem. Por isso, dizemos que a escrita instrumentaliza relações sociais, haja vista ser um ato de linguagem que, no processo de troca e diálogo - pensados, com Benveniste, como fundamentos da relação discursiva, das relações de produção e de troca de efeitos de sentido – remete à experiência de linguagem desses sujeitos e entre sujeitos.

Dessa maneira, a escrita, ao instrumentalizar a representação e a (re)criação da realidade, dado que ela toma a língua como modelo de constituição e funcionamento, para o leitor, (im)põe ao sujeito-leitor que a atualize em enunciação. Assim,

[...] a linguagem *re-produz*¹ a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e do diálogo, confere ao ato de discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o ouvinte, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva (BENVENISTE, [1963] 2005, p. 26, grifo do autor).

Ao considerarmos, pela relação com a língua, que a escrita também se constitui como forma de mediação da representação e da (re)criação da realidade, ela também funciona englobando “a sociedade de todos os lados”, mediando, portanto, configurações possíveis da e para a sociedade. Estabelecer uma configuração para a sociedade significa, segundo Benveniste, instaurar o semantismo social, o que ele concebe como sendo uma propriedade inerente à língua, ou seja, como algo que somente a língua poderia realizar. Para ele, “a língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual, mas ao mesmo tempo, em virtude de um poder distintivo, ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar de semantismo social” (BENVENISTE, [1968b] 2006, p. 100).

Também com base no autor, podemos dizer que, ao tomar a língua como modelo, a escrita é efeito da transposição do semantismo social da língua (cf. BENVENISTE, [1966] 2006, p. 233), operando também uma relação de engendramento com a linguagem. É possível afirmarmos ainda que o semantismo social fundamenta a conversibilidade entre língua e escrita, uma vez que pode ser compreendido como efeito da própria conversibilidade da sociedade em efeito(s) de sentido.

¹Na reprodução do texto traduzido para o português brasileiro ([1963] 2005, p. 26), restituímos a grafia do original francês *re-produit* (BENVENISTE, [1963] 1966, p. 25). Araújo (2019, p. 181) nos lembra que Dessons (2006, p. 13), ao analisar o valor do prefixo “re-”, na teorização de Benveniste, afirma que tal prefixo comporta dois valores: o valor de “iteração”, significando aquilo que é recorrente, que ocorre novamente, que é repetível; e o valor de “invenção”, significando aquilo que é novo, que é irrepitível. Segundo Dessons (2006), o valor de “iteração” está relacionado à língua, que impõe, a partir de seu sistema, determinados limites ao sujeito. O valor de “invenção”, por sua vez, relaciona-se à atualização da língua em discurso em uma situação específica, a qual leva em consideração a reconstrução referencial dos índices de pessoa-tempo-espaço-discurso, ou seja, das coordenadas referenciais da instância de discurso, e, por isso, seria sempre um acontecimento novo.

[...] colocamos, entre a linguagem e os ditos sistemas semióticos, uma *relação de engendramento*, atualizada em uma *relação de denominação*. Assim também é a relação língua-sociedade. Pode-se “dizer a mesma coisa” pela fala e pela escrita, que são dois sistemas conversíveis um no outro, porque são do mesmo tipo. [...] É uma relação de *não conversibilidade* mútua que se estabelece entre a *língua* e a *sociedade* (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 110-111, grifo do autor).

Nessa formulação, Benveniste faz duas advertências ao leitor: a primeira diz respeito ao fato de que a relação de engendramento entre a linguagem e os sistemas semióticos determina a existência da linguagem mediada pelos sistemas semióticos; o que explicita, por analogia, a determinação da existência da sociedade pela mediação da língua. A segunda advertência esclarece que, uma vez que língua e sociedade não são sistemas de mesmo tipo, portanto, não conversíveis um ao outro, a sociedade resulta de uma construção mediada pelos sistemas semióticos. Em decorrência do exposto, podemos considerar que a escrita, assim como a língua e a seu modo, instaura e faz funcionar o semantismo social.

O semantismo social, como efeito da representação e da (re)criação da realidade, é produzido e se sustenta, segundo Benveniste, na relação indissociável entre língua e sociedade (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 110), o que faz com que a escrita inscreva a possibilidade de dizermos/significarmos “o mesmo” que poderia ser dito/significado na e pela fala. Daí esse autor definir a escrita como “fala secundária”, isto é, uma forma de dizer/significar que (com)porta as propriedades semióticas e semânticas próprias da língua; forma esta que expressa sentidos por meios distintos da fala, preservando, porém, um paralelismo com ela.

Com efeito, ao tomar a estrutura e o funcionamento da língua como modelo, a escrita constitui, conforme Benveniste, a realização de uma forma secundária do discurso. Na formulação dele, nas Últimas aulas,

[...] a escrita é, portanto, um revezamento (*relais*) da fala, é a *própria fala fixada em um sistema secundário de signos*. Mas ainda que secundário, esse sistema continua sendo o da própria fala, sempre apto a se tornar fala de novo.

A escrita é a fala convertida pela mão em signos falantes. A mão e a fala se sustentam na invenção da escrita. A mão prolonga a fala.

O sistema primário voz (a boca) -orelha é revezado (*relayé*) pelo sistema secundário mão (a inscrição) -olho. A mão tem o papel de emissor traçando as letras, e o olho se torna receptor coletando os traços escritos.

Entre a boca e a orelha, o elo é a *fonía* emitida-ouvida; entre a mão (a

inscrição) e o olho, o elo é a *grafia* traçada-lida (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 179, grifo do autor).

Nessa perspectiva, podemos dizer que o sujeito, ao apropriar-se da língua e convertê-la em escrita, uma imagem da língua, transmuta sua experiência de linguagem em signos escritos, socialmente (com)partilhados entre os membros de uma determinada sociedade, de uma determinada cultura, de tal modo a anunciar-se na e pela escrita. Essas relações de sentido que compõem a formulação teórica de Benveniste ganham visibilidade quando ele afirma que:

[...] toda aquisição da escrita supõe uma série de abstrações. Há uma súbita conversão da língua em imagem da língua. Para o homem em estado de natureza, é algo prodigioso e extremamente difícil. A língua, de fato, é uma atividade, um comportamento no qual se está sempre em situação de diálogo. A passagem à escrita é uma reviravolta total, muito demorada para se realizar. O locutor deve se desprender dessa representação da língua falada enquanto exteriorização e comunicação (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 130, anotação de aluno).

Do nosso ponto de vista, a escrita, ao ser mobilizada no exercício da linguagem, no exercício da significação, projeta o sujeito que diz – que exercita a linguagem, que enuncia –, constituindo-se como um modo de testemunho de sua identidade. Nessa medida, a escrita, como uma imagem da língua, não só se constitui como sua abstração, como também é um lugar em que o problema do sentido pode ser perscrutado, já que, como ensina Benveniste,

[...] o problema do sentido é o problema da própria língua, e, como a língua aparece para mim como uma paisagem que se move (ela é o lugar de *transformações*) e como se compõe de elementos diferentes (verbos, nomes etc.), o sentido se resume a procurar o modo de significar próprio a cada um dos elementos em questão (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 194, grifo do autor).

Como dito pelo autor, a escrita, assim como a língua, (com)porta os dois modos de significância, o modo semiótico e o modo semântico, isso porque cabe ao sujeito, no exercício dessa forma linguística, “reconhecer” os grafemas escritos e socialmente postos e “compreender” a significância por eles evocada.

Esses dois sistemas se superpõem assim na língua tal como a utilizamos. Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada [intentada], produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo [...]. Este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, de um modo tão sutil [...]. Mas no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa. No final desta reflexão somos reconduzidos a nosso ponto de partida, à noção de significação. E eis que se reanima em nossa memória a fala límpida e misteriosa de Heráclito, que conferia ao Senhor do oráculo de Delfos o atributo que nós colocamos no âmago mais profundo da linguagem: [...] “Ela não diz nem oculta, mas ela significa” (BENVENISTE, [1966] 2006, p. 233-234).

Uma vez inscrita na relação forjada sobre esse duplo funcionamento, devemos compreender a escrita, da perspectiva da Semiologia, como um sistema sem marco zero, ou seja, tomar como fundamento que *não há escrita zero*. Se a escrita é um sistema que engloba a instauração e o funcionamento do semantismo social, engloba necessariamente a sua inscrição na estrutura e no funcionamento da significação. Portanto, a escrita deve ser compreendida como invenção humana, cuja fundação está no sempre já-dado duplo funcionamento da língua, da sua significância. Por isso, a escrita é desde sempre-já social, dado que o sentido, para Benveniste, é histórico e é social.

De nossa perspectiva, esse autor aponta essa questão ao tomar para si a tarefa de compreender o problema da escrita, não questionando a sua origem (ou sua genética), mas questionando aquilo que seria definitivo desse sistema de “representação gráfica”, conforme a leitura da formulação a seguir permite observar.

Não estou fazendo genética das escritas, nem procurando a origem da escrita. Quero apenas ver quais soluções o homem deu ao problema da “representação gráfica”. Minha constatação é que, tanto na antiguidade mais distante que possamos alcançar quanto nos tempos modernos, **o homem começa sempre representando graficamente o objeto do discurso ou do pensamento, ou seja, o referente**. A tendência “natural” é comunicar por um meio gráfico as *coisas* de que se fala, e não o discurso que fala das coisas. Não é, portanto, exato, para quem abraça o conjunto das manifestações da escrita, que a escrita seja signo da língua, que, por sua vez, seria “signo” do “pensamento”. Não se pode dizer, da escrita, que ela é signo de signo. Ela se tornou somente uma transcrição da fala (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 139, grifo em itálico do autor, grifo em negrito nosso).

A (re)leitura da afirmação de que “o homem começa sempre representando graficamente o *objeto* do discurso ou do pensamento, ou seja, o referente” restitui ao leitor uma condição fundadora da escrita, designada ali como “representação gráfica”. Assim, como representação gráfica, ela representa, necessariamente, algo. Quanto à condição fundadora da escrita, esta corresponde à territorialidade da qual a escrita não pode prescindir justamente porque lhe restitui o modelo – as condições – de sua existência: a historicidade do duplo funcionamento que articula o semiótico e o semântico e que funda a significação como constitutiva da condição humana.

Na territorialidade da escrita, há inscrita a decalagem entre língua e escrita, o que possibilita ao sujeito, pela escrita, outro modo de viver a experiência da linguagem, a experiência da subjetividade, a experiência do semantismo social. Esse modo de viver mediado – seja na e pela língua, seja na e pela escrita – acontece por “herança”. Nesse sentido, a escrita é herdada como prolongamento da fala, o que produz, pela escrita, o efeito de permanência da fala no espaço-tempo.

Essa herança permite ler a escrita como produto de relações de produção e de trocas históricas e sociais. Essas relações herdadas não oferecem condições que suportem uma escrita do “discurso que fala das *coisas*”; ao contrário, condicionam a existência do sentido das coisas à alguma base material de representação e de significação, dentre as quais a escrita. Daí Benveniste aspear o termo “natural”, no sintagma nominal “a tendência natural”, como uma forma de marcar a natureza histórico-social da comunicação na e pela escrita. A escrita resulta das condições sócio-históricas da semiologia da língua, que coloca em relação inalienável língua, cultura e personalidade.

É por essa herança que Benveniste pode afirmar que a escrita se “tornou” somente transcrição da fala. *Tornou-se* porque é assim que ela é apresentada, historicamente, aos escritores/leitores, pois, como vimos, para ele, a escrita, embora aparente transcrever a fala, a prolonga. Em outra formulação, essa teorização é dada da seguinte forma: “pode-se dizer que a escrita foi e que ela é, em princípio, um meio paralelo à fala de contar as coisas ou de dizê-las à distância e que, progressivamente, a escrita se literalizou, conformando-se a uma imagem cada vez mais formal da língua” (BENVENISTE, [2012], 2014 p. 156).

A escrita é sempre a escrita de um sujeito

Para Benveniste, é impensável olhar a linguagem e o homem no mundo sem que ambos estejam inalienável e mutuamente se constituindo. Sua afirmação de que “única é a condição do homem na linguagem” é retomada parafrasticamente em outra afirmação, na qual ele assevera que “de fato, a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes. É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem” (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 287). Ou seja, não há transmutação da experiência da linguagem – nem escrita, nem falada – em signos que não responda a uma demanda de constituição da subjetividade.

Se tomada essa transmutação em face do processo de significação, podemos dizer que todo ato individual de conversão da língua em discurso – todo ato individual de utilização da língua – é um ato de instauração do “sujeito” como uma posição de língua-discurso. Em decorrência disso, a escrita, modelo da língua, é sempre, ela, também, um ato de instauração da subjetividade. Em palavras mais precisas, a escrita é sempre a escrita de um sujeito. Isso significa que, na e pela escrita, torna-se também possível explicitar o efeito da transmutação do locutor em sujeito. Assim, a escrita também testemunha a constituição da identidade desse sujeito (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 288).

Na e pela escrita, o homem não escapa ao assujeitamento da língua, uma vez que a escrita não se reduz a mero encadeamento de frases; ela funciona como um modo de o homem estar na língua que o subjetiva. Subjetivar o homem, em primeira e em última instância, significa inscrevê-lo na relação constitutiva entre língua, cultura e personalidade, porque é nessa relação que ele é projetado como ser social. É por essa inscrição que, no campo do discurso, o sujeito, ao apropriar-se da língua e convertê-la em escrita, transmuta sua experiência da linguagem em signos escritos. É também por essa inscrição que a significação se engendra, condição necessária para que o sujeito exerça a experiência da atribuição de sentidos a si, ao(s) outro(s) e ao mundo. É nessa experiência/experimentação que no sujeito (re)atualiza-se o semantismo social, expondo sua condição única na linguagem, sua condição única em um mundo desde sempre já simbolizado. Podemos concluir, portanto, que a condição única do homem é ser ao mesmo tempo individualizado e socializado na e pela linguagem.

A condição única do sujeito na linguagem, é preciso esclarecermos,

também expõe o fato de que a experiência da linguagem é uma experiência necessariamente, segundo Benveniste, de inscrição em um diálogo, no qual o homem ocupa, ao mesmo tempo, um lugar na língua – lugar de locutor, no plano da língua – e uma posição na língua-discurso – posição de sujeito, aquele que significa ao se apropriar da língua e ao realizar um ato individual de (re)produção de discurso. Nessa condição, o locutor dialoga com o sujeito, isto é, estabelece-se um diálogo do locutor consigo e com o outro, sua projeção no campo do sentido.

Para explicitarmos esse funcionamento, tomemos o seguinte enunciado: “Não consigo respirar.”, escrito num tuíte que recupera uma enunciação falada. Esse enunciado inscreve um diálogo entre locutor e sujeito no discurso. Nesse diálogo, a significância mantém uma relação de dependência às coordenadas referenciais da enunciação (*pessoa-tempo-espaço-discurso* ou *eu-tu-ele-aqui-agora*), uma vez que, se essas coordenadas são alteradas, o sentido também pode ser alterado. É também nesse diálogo que locutor e sujeito falam. Diferentemente. Restituamos as coordenadas referenciais que se (re)atualizam nele, direcionando a produção de sentidos a partir do enunciado em questão.

O enunciado “Não consigo respirar.” pressupõe um locutor “eu” que, a depender da instância de discurso, pode significar um pedido de socorro, cuja enunciação (re)produz um efeito de particularização da referência de/ sobre quem o enuncia: esse lugar de locutor poderia ser (e, efetivamente, é) ocupado por George Floyd, um homem negro, de 46 anos, vítima fatal do racismo e da brutalidade policial, que o enunciou, na noite de 25 de maio de 2020, em Minnesota/Estados Unidos, minutos antes de morrer asfixiado. Esse locutor, assim particularizado, dialoga com o sujeito que a instância de discurso projeta como posição na língua-discurso. Assim, (re) produz-se sentidos que alçam Floyd à condição do sujeito-negro, vítima de racismo, e, ao mesmo tempo, uma vez que esse enunciado é endereçado a um policial, instaura-se um outro marcado pela violência e pela brutalidade, pelo preconceito e pela autoridade “aparentemente autorizada” a matá-lo, a asfixiá-lo.

É nessa relação que o sujeito, como entidade social, é envelopado por discursos em circulação que o colocam na ordem do social. Isso significa que, toda vez que a enunciação acontece, uma entidade social é projetada como posição significativa na e pela língua-discurso. Essa projeção marca uma decalagem entre sujeito e locutor, estando este responsável pela particularização da referência, enquanto aquele pelo efeito de sentido (re)

produzido. Por meio dessa relação de diálogo entre locutor e sujeito, cujo funcionamento encontra-se inscrito na linguagem, é que Floyd representa outros sujeitos, especialmente sujeitos-negros, que poderiam ocupar esse lugar, como se ele fosse locutor de outros sujeitos passíveis de se colocarem na «mesma» posição social, e, nesse caso, como vítimas da violência e da brutalidade policial.

Isso posto, jamais, em Benveniste, poderíamos reduzir a questão do sujeito à mera posição sintática, gramatical. Ao contrário, a partir da relação enunciado-enunciação em “Não consigo respirar.”, foi possível mostrarmos que, pelo funcionamento do diálogo entre locutor e sujeito, a escrita é sempre a escrita de um sujeito, uma vez que esse diálogo, embora representativo de uma situação no semantismo social, jamais se replica a partir das mesmas coordenadas referenciais da enunciação.

Veremos a seguir, em outro tuíte (@monicabergamo), como a significância do enunciado “Não consigo respirar.”, instaurado a partir de outras coordenadas referenciais, (re)inscreve, na e pela escrita, o sujeito em outro mo(vi)mento de abstração de alto grau, (re)produzindo a decalagem relativa à fala. É o próprio Benveniste quem afirma: “a escrita é um sistema que supõe uma abstração de alto grau” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 128). E ele teoriza essa questão da seguinte forma:

[...] o ato de escrever não procede da fala pronunciada, da linguagem em ação, mas da linguagem interior, memorizada. A escrita é uma transposição da linguagem interior, e é preciso primeiramente aceder a essa consciência da linguagem interior ou da “língua” para assimilar o mecanismo da conversão em escrito. [...] A linguagem interior é rápida, incoerente, pois sempre se compreende a si mesmo. É sempre uma língua *situada*, em um contexto presente, que faz parte da condição de linguagem, portanto, inteligível para o falante e apenas para ele. Porém, transferir essa linguagem interior - condicionada pela relação do locutor consigo mesmo em uma experiência e uma circunstância únicas, mutáveis - em uma forma inteligível a outros, e que perde, sob seu aspecto escrito, toda relação *natural* com a ocasião que foi a da linguagem interior, é uma tarefa considerável e que exige uma atitude inteiramente diferente da que adquirimos por meio do hábito de transferir o pensamento à escrita (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 132, grifos do autor).

Compreendemos, assim, que a escrita, uma vez estabelecida, perde “toda relação natural” com a linguagem interior, apresentando-se já como social (“língua *situada*”), efeito da conversão em língua-discurso. Além disso, devemos considerar que a escrita, uma vez estabelecida, não é apenas signo,

mas interpretância – a escrita põe em movimento sentidos. Por isso, ela demanda abstrações de alto grau, porque, ao escrever, já se mobiliza um jogo de interpretações que coloca já em relação linguagem interior, pensamento e coordenadas referenciais.

Vale destacarmos que, pela transversalidade discursiva da (re)leitura aqui formulada, torna-se possível mostrar que Benveniste, ao afirmar que:

[...] a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos. Nenhum outro sistema dispõe de uma “língua” na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma. [...] A língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento [...]. A língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. [...]. O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos [o semiótico] e a significância da enunciação [o semântico]. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas (BENVENISTE, [1969] 2006, p. 62, 63 e 66).

permite afirmar, por decorrência, que a escrita, estruturando-se e funcionando como a língua, assume a condição necessária de engendrar interpretância. Se a língua tem o privilégio suprarreferido, a escrita o assume ao tomá-la como modelo, comportando tanto o semiótico quanto o semântico. Essa condição só é possível pela relação que a escrita mantém com a língua, pelo modo como esta a sobredetermina.

Conforme dissemos, a língua sobredetermina todos os demais sistemas semiológicos, inclusive, a própria escrita. Entretanto, embora isso se dê, a relação estabelecida entre a língua e a escrita instrumentaliza a escrita a engendrar interpretância. Sobre isso, (re)lemos em Benveniste:

[...] todos [os sistemas semiológicos] estão em relação com a língua: a língua desempenha, diante de todos os outros, o papel de interpretante semiológico, isto é, **de modelo que serve para definir os termos e suas relações**. Ora, a própria língua é um sistema semiológico. Ela é, hierarquicamente, o primeiro dentre eles (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 112; grifo nosso).

É nessa medida que compreendemos como única a relação entre a língua e a escrita, diferente das relações que a língua mantém com outros

sistemas semiológicos. A língua dá, assim, condições à escrita para que ela funcione como interpretante de segundo grau (cf. BENVENISTE, [2012] 2014, p. 121, anotação de aluno).



Recorte 1 – Tuíte de Mônica Bergamo.

Fonte: Perfil de Mônica Bergamo no Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/search?q=%40monicaberga%20eu%20n%C3%A3o%20consigo%20respirar&src=typeahead_click>. Acesso em: 14 jul. 2020.

No tuíte reproduzido no Recorte 1, quando a jornalista escreve “Eu não consigo respirar”, aspeando o enunciado, seu lugar de locutor projeta a representação de um sujeito social, aquele que parafraseia, a partir dessas coordenadas referenciais, o referido enunciado como sendo “eu não tolero (mais)”. E, nessa instância de discurso, o suposto “pedido de socorro”, implicado em “Não consigo respirar.”, converte-se em um efeito de denúncia. Por esse mecanismo, a interpretação é encaixada em outra instância de discurso.

De nossa perspectiva, a análise do enunciado “Não consigo respirar.”, na enunciação que o tuíte (re)atualiza, mostra que é todo um modo de vida que se deve alterar em vista da escrita, já que inscreve outro modo possível de engendrar o jogo de interpretação. A significância na e pela escrita exige

“objetivar” o dado linguístico” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 131), isto é, discursivizar a “riqueza ‘contextual’ que, para o falante, é essencial” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 131, anotação de aluno). Assim, na e pela escrita, abstrai-se o modo de vida conhecido/significado na e pela língua falada. Ao analisarmos esse mecanismo, podemos vislumbrar o fato de que a escrita tem uma vida na sociedade, e o homem, por meio dela, também vive.

Vejamos, a seguir, outros mo(vi)mentos de experimentação teórica que explicitam outros aspectos da vida da escrita na sociedade.

Experimentação teórica da vida da escrita na sociedade

E, antes de mais nada, de *qual escrita se fala?* (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 127, grifo do autor)

A pergunta que epigrafa esta sessão parafraseia o seguinte questionamento: como compreender *a escrita ter uma vida na sociedade* sendo aquilo que se “*tornou* somente uma transcrição da fala” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 139, grifo do autor)? Benveniste nos direciona a pensar essas questões a partir da afirmação de que “a escrita e, mais particularmente a escrita alfabética, é o *instrumento da autosemiotização da língua*” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 155; grifo do autor). Nas palavras de um de seus alunos, “a escrita foi sempre e por toda parte o instrumento que permitiu à língua semiotizar a si mesma” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 155, anotação de aluno).

De nossa perspectiva, isso significa dizer que a escrita registra a língua, que ela constitui um registro semiótico da língua – ela “revela uma semiótica da língua [...]” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 150, anotação de aluno). A consequência disso é que é, na e pela escrita, que temos acesso ao modo como a língua se estrutura e funciona. A escrita é, assim, a língua “convertida [...] em uma imagem da língua” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 129), uma “imagem simbólica do falar” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 131). Benveniste esclarece ainda que “para que a língua se semiotize, ela deve *proceder a uma objetivação de sua própria substância*. A escrita *torna-se* progressivamente o instrumento dessa objetivação formal” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 156, grifo do autor). A escrita como forma secundária da fala constitui uma forma secundária de simbolização, uma vez que simboliza o próprio discurso e seus elementos.

Em decorrência do exposto, podemos dizer que, sem a escrita, não

teríamos como compreender a significância da língua, sua estrutura e funcionamento. Não teríamos como teorizar sobre a língua sem recorrermos à escrita. Uma consequência dessa perspectiva é a vinculação inalienável entre a invenção da escrita e a emergência das Ciências da Linguagem (bem como a de todas as demais Ciências). Nessa medida é que podemos considerar que a invenção da escrita revolucionou a história humana.

A autossemiotização da língua implica, na formulação de Benveniste, o movimento a partir do qual “a língua opera uma redução sobre si mesma”, ou seja,

[...] de sua função instrumental desprende-se sua função representativa, cujo instrumento é a escrita. Ora, a escrita muda de função: de instrumento para iconizar o real, ou seja, o *referente*, a partir do discurso, ela se torna, pouco a pouco, o meio de representar o próprio discurso, logo os elementos do discurso, logo os elementos desses elementos (sons/letras) (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 157, grifo do autor).

Sobre essa questão, o autor explica, ainda, que “a língua é, ela própria, criação. Pode-se, então, dizer que a ‘escrita’ começa a ser ‘signo da realidade’ ou da ‘ideia’, sendo *paralela* à língua, mas não seu *decalque*” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 137;], grifo do autor). Isto decorre do fato de que “a escrita não poderia curto-circuitar a fala (a saber, expressar por meios inteiramente distintos, não homólogos à fala); ela deve ‘seguir’ a fala [...] já que não é mais do que uma forma da fala” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 178).

Assim fica descrito, pela formulação teórica de Benveniste nas Últimas Aulas, o mecanismo pelo qual a vida da escrita se desdobra – se espacializa – como vida social, implicando a constituição de subjetividades. E isso só é possível pelo fato de a escrita se constituir como sistema semiológico paralelo e homólogo à língua, e, ao mesmo tempo, dela derivado. É assim que podemos, com Benveniste, constatar que “a língua e a escrita significam exatamente da mesma maneira” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 173).

Fica, dessa forma, teorizado o paradoxo da escrita em função de ser concebida como forma secundária da fala, funcionando como um dispositivo semiológico de “retomada” e “retransmissão” de signos e de efeitos de sentido que se tornam visíveis. Esse mecanismo explicita “em suma, [...] a relação entre o sistema primário (fala) e o sistema secundário (escrita)” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 181), como sendo uma relação de “*revezamento (relais)*” permanente, contínuo. Portanto, constituir-se como forma secundária da fala é o modo pelo qual a escrita ganha existência

como forma de (mediar a) vida no seio da vida social. Isso permite à escrita instrumentalizar relações sociais. De nossa perspectiva, esse é o modo pelo qual a escrita estabelece seu *dis-curso* na sociedade.

Dito isto, podemos explorar outros aspectos da vida social da escrita, mostrando como o enunciado “Não consigo respirar.”, convertido em forma secundária da fala, instrumentaliza outras relações sociais, a partir do diálogo semiológico entre nível histórico (de representação) e nível fundamental (de constituição), entre locutor e sujeito, forma e sentido, dando a ver a relação inalienável entre essas formas complexas de discurso (fala e escrita) (cf. BENVENISTE, [1970] 2006, p. 90). Para tanto, remeteremos o enunciado em questão a outras escritas em circulação no seio da vida social.

Foram as últimas palavras de George Floyd: “Não posso respirar”. Eu também. Não consigo respirar neste Brasil (des)governado por militares que ameaçam as instituições democráticas e exaltam o golpe de Estado de 1964, que implantou 21 anos de ditadura; elogiam torturadores e milicianos; acertam o “toma lá, dá cá” com notórios corruptos do Centrão; plagam ostensivamente os nazistas; manipulam símbolos judaicos; tramam, em reuniões ministeriais, agir ao arrepio da lei; proferem palavões em reuniões oficiais, como se estivessem num antro de facínoras; debocham de quem observa os protocolos de prevenção à pandemia e saem às ruas, indiferentes aos 30 mil mortos e suas famílias, como a celebrar tamanha letalidade. [...]

Recorte 2 - “Não posso respirar”, por Frei Betto

Fonte: Adaptado de Revista Fórum. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/nao-possa-respirar-por-frei-betto/>>. Acesso em: 06 jun. 2020



Recorte 3. – Manifestação contra o Governo Bolsonaro.

Fonte: RBS Direct. Disponível em: <<https://www.rbsdiret.com.br/imagesrc/25675343.jpg?w=580&ch=326>>. Acesso em: 01 jul. 2020.



Recorte 4 – Vereadores de Goiânia contra o racismo.

Fonte: Câmara Municipal de Goiânia (Sala de Imprensa). Disponível em: <<https://www.goiania.go.leg.br/sala-de-imprensa/noticias/durante-sessao-ordinaria-camara-de-goiania-se-une-ao-mundo-em-protesto-contr-racismo>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PMs de SP aplicam gravata em motoboy, que diz 'não consigo respirar'

O Globo
Gustavo Schmitt
O Globo 14 de julho de 2020



Policiais militares fazem abordagem agressiva a motoboy na Avenida Rebouças, em São Paulo

Recorte 5 – Abordagem policial agressiva.

Fonte: O Globo. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/pms-sp-aplicam-gravata-em-001248499.html>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Da perspectiva da retomada e da retransmissão do enunciado “Não consigo respirar.”, nos recortes 2, 3, 4 e 5, destacamos como o mecanismo da repetição desse enunciado é inscrito em diferentes instâncias de discurso. Ressaltamos, assim, como nos recortes a escrita do enunciado (re)produz o efeito de prolongamento da fala de Floyd, de tal modo que os sentidos (re)produzidos naquela instância primária de discurso vão sendo evocados nas instâncias secundárias delineadas nos recortes, mas não sem sofrerem deslocamentos no campo da significância. Descrevermos e interpretarmos essas marcas de repetição nos colocam diante de marcas na enunciação pelos quais podemos vislumbrar a (re)atualização do funcionamento semiológico

e dialógico do dizer produzindo efeitos de sentido.

Ainda a esse respeito, Benveniste (apud COQUET; FENOGLIO, [2012] 2014, p. 75) esclarece que “a repetição frequente é um fato de funcionamento”. Do modo como interpretamos essa formulação, o mecanismo da repetição não produz necessariamente apenas o mesmo sentido; ao contrário, é na e pela repetição que a variação se torna possível, que o sentido se movimenta. Ela expõe o sentido a outro(s) sentido(s), isto é, expõe o engendramento de relações de sentido, configurando-se, portanto, como um mecanismo fundador para o processo de significação. É por esse mecanismo fundador da repetição que os limites dos sistemas semiológicos, tanto da língua quanto da escrita, ganham visibilidade e que a sintaxe toma corpo, isto é, a sintagmatização acontece, (re)produzindo a semantização. A sintagmatização, para Benveniste, é o cerne da “operação constitutiva do ‘sentido’” (COQUET; FENOGLIO, [2012] 2014, p. 75), porque configura-se como base da (re)produção da semantização.

Nessa direção, o enunciado falado por Floyd – “Não consigo respirar.” – remete ao modo como os recortes o sintagmatizam-semantizam pela escrita. No Recorte 2, é estabelecida uma posição de sujeito no discurso que retoma o referido enunciado falado para constituir outra significância, na qual outros efeitos ganham corpo e, portanto, visibilidade: “não consigo respirar neste Brasil (des)governado por militares que ameaçam as instituições democráticas e exaltam o golpe de Estado de 1964. [...]”. O que se repete nessa instância é o efeito de sufocamento engendrado a partir de outras coordenadas referenciais: um locutor (*eu-Frei Betto*) que assume uma posição de oposição (*eu-posição de sujeito*) àquilo que é descrito no discurso (*ele-objeto de discurso-o que é dito*) como Estado brasileiro (*espaço*) cujo governo atual, desde 2019 (*tempo*) sendo presidido por Jair Bolsonaro, ameaça a democracia (*ele-objeto de discurso-o que é dito*). São essas outras coordenadas que expõem o “mesmo” efeito de sufocamento produzido na fala (primária) a variações na e da significação. Significa-se, assim, na escrita (secundária), o efeito de “não ser mais possível” viver em uma sociedade como ali descrita.

No enunciado “Não consigo respirar.”, Floyd é apresentado já como objeto de linguagem, assim constituído pela relação dialógica entre locutor e posição de sujeito materializada na linguagem. Essa experiência possível apenas na e pela linguagem, a de significar e (d)enunciar seu sufocamento, é, nos recortes anteriores, transmutada em fala secundária, em escrita. Nos recortes em análise, a escrita transmuta a referida experiência ao (re)atualizar

a enunciação primária em enunciações secundárias de modo a significar protesto e homenagem, por exemplo. No que se refere aos recortes 2, 3 e 4, escreve-se, (re)atualiza-se o referido enunciado na situação de luta social contra o fascismo, contra o racismo, contra o feminicídio, contra a violência policial, contra o Governo e por (melhores) condições de vida.

Podemos dizer com isso que, nos recortes em análise, (re)atualiza-se a posição de discurso de Floyd, que é uma posição social, constituída na e pela significância. É justamente nesse lugar, o da significação, o da interpretância, que se (re)produz esse retorno a uma instância (outra) de discurso, neste caso, ao acontecimento social vivido por Floyd, que é/pode ser (re)interpretado, retomado e retransmitido. Esse é o mecanismo pelo qual o outro pode se identificar com o *eu-sujeito* e, assim, (com)partilhar experiências na/da/pela linguagem. Ao (com)partilhá-las, as referências dos índices de pessoa-tempo-espaco-discurso são reconstruídas.

No Recorte 5, o processo de (re)atualização das coordenadas referenciais inclui a inscrição do locutor “motoboy” na posição de sujeito, antes assumida por Floyd, produzindo o efeito de sentido de que o acontecimento da ação policial violenta é um acontecimento recorrente: há recorrência da violência policial contra negros, contra trabalhadores, contra motoboys, contra mulheres, contra homossexuais, contra pobres etc.

A análise dos recortes mostra como a escrita ganha vida no seio da vida social. Isso ocorre porque ela instrumentaliza o homem a significar sua vida no seio da vida social. Tal se dá porque ela possibilita a (re)atualização de enunciações, isto é, permite inscrever a sintagmatização-semantização de um “mesmo” enunciado no seio da vida social, o que produz as condições para que esse enunciado seja engendrado por outras instâncias de discurso, por outras enunciações. A escrita, dessa maneira, medeia a articulação entre repetição e variação. E medeia também a articulação entre semiótico e semântico. Essa é a condição de funcionamento da semiologia, que tanto a língua quanto a escrita operam/engendam.

Uma linguística da escrita

A partir do exposto, torna-se legível, para nós, uma transversalidade discursiva funcionando na obra de Benveniste que sustenta, na teorização de sua Linguística geral, a formulação de uma linguística da escrita. Uma linguística da escrita não prescinde de falar da língua, já que, com ele,

aprendemos que “falar da ‘linguística’ é falar da língua” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 90). Em decorrência, falar da escrita é falar da língua.

Benveniste aponta esse caminho ao afirmar que “a linguística se ocupa do fenômeno que constitui a linguagem e, naturalmente, sem negligenciar a parte da linguagem que se transforma em escrita” (BENVENISTE, [1968c] 2006, p. 29-30) e considera esse caminho também a partir da perspectiva da Semiologia, que toma a enunciação como objeto de estudo e de investigação:

[...] muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, [1970] 2006, p. 90).

Segundo essa perspectiva que destaca a análise das formas complexas do discurso, uma tal linguística da escrita assume a tarefa de compreender como, a partir da escrita, podemos ampliar o conhecimento da semiótica da língua (“a escrita revela uma semiótica da língua” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 150, anotação de aluno) ou, ainda, ampliar o conhecimento do mecanismo pelo qual a escrita permite a “língua semiotizar a si mesma” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 155, anotação de aluno). Dessa maneira, a linguística da escrita se dedica a compreender como, a partir da estrutura e do funcionamento da escrita, os signos ganham vida no seio da vida social, em outras palavras, como a significação se (re)atualiza na e pela escrita.

A linguística da escrita, portanto, dedica-se a compreender os efeitos das transmutações – das conversões semiológicas – possíveis entre língua/fala e escrita, já que é próprio da linguagem permitir essas transmutações entre níveis de interpretância. Dessa maneira, uma linguística da escrita assim concebida e remetida ao projeto de Linguística geral de Benveniste toma como objeto a estrutura-funcionamento da escrita – como ela pode significar – sempre analisada da perspectiva da língua. Isso se funda sobre o princípio de que “um sistema semiológico é sempre, em princípio, capaz de gerar um ou vários outros sistemas semiológicos” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 108), considerando a relação de sobredeterminação da língua sobre a escrita, ou, como diz o próprio Benveniste, tendo em conta o fato de que nessa relação é a escrita que toma a língua como modelo.

A linguística da escrita apresentaria como resultados respostas à

seguinte questão: se o sistema de escrita só existe em relação à língua, como “um sistema que utiliza a mão, deixando um traço escrito, representa a língua” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 121, anotação de aluno)? Que efeitos decorrem da relação de decalagem entre “uma significância de primeiro grau, [e] outra de segundo grau” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 121, anotação de aluno), dado que “uma conversão relativa é possível tanto da língua para a escrita quanto o inverso” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 121, anotação de aluno)?

Com efeito, a linguística da escrita explicita o funcionamento da escrita como sistema formal de utilização da língua (cf. BENVENISTE, [2012] 2014, p. 152; anotação de aluno), expondo como a escrita constrói uma realidade visível significativa para os signos linguísticos. A esse respeito, lembramos que o próprio Benveniste afirma que a escrita estabelece “uma relação reversível biunívoca entre dois termos e apenas dois: *graphê* ↔ *phônê*” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 129). Ou, em outras palavras, estudar a escrita é distinguir “os *signos* da língua que o falar confunde, mostrando quais são seus discriminadores” (BENVENISTE, [2012] 2014, p. 182, grifo do autor).

Dessa maneira, a teorização benvenistiana permite (re)pensar o estudo da escrita em sua ordem própria, isto é, sob a perspectiva semiológica. Benveniste ([2012] 2014) possibilita (re)significar o lugar da escrita na linguística. Como forma complexa de discurso, a escrita engendra processos de significância próprios; daí ela requerer uma teorização específica: uma linguística da escrita.

Referências

ARAÚJO, Érica Daniela de. **A Linguística Geral de Émile Benveniste como um acontecimento no espaço político-simbólico da Linguística: língua, cultura, personalidade**. Tese. Doutorado em Estudos Linguísticos, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2395>>. Acesso em 12 jul. 2020.

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de Linguistique Générale I**. Paris: Gallimard, 1966.

_____. Tendências recentes em Linguística Geral. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, [1954] 2005. p. 3-18.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, [1958] 2005. p. 284-293.

_____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, [1963] 2005. p. 19-33.

_____. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, [1966] 2006. p. 220-242.

_____. Estruturalismo e linguística. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, [1968a] 2006. p. 11-28.

_____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, [1968b] 2006. p. 93-104.

_____. Esta linguagem que faz a história. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, [1968c] 2006. p. 29-40.

_____. Semiologia da língua. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, [1969] 2006. p. 43-67.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, [1970] 2006. p. 81-90.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. São Paulo: Editora Unesp, [2012] 2014.

COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. Introdução. In: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Editora Unesp, [2012] 2014. p. 67-86.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste: l'invention du discours**. Paris: Éd. in Press, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. O interesse de Benveniste. In: AGUSTINI, Cármen; RODRIGUES, Eduardo A. (Org.). **Uma vida pela linguagem**. Homenagem a Émile Benveniste. Campinas: Pontes, 2018. p. 23-55.

NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste. **Letras**, Santa Maria, n. 33, p. 13-21, dez. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/11920/7341>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.